



99

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Correição Parcial n.º 0001831-50.2014.8.17.0000 (0327653-1)

Corrigente: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Corrigenda: MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista - PE

Processo Originário n.º 0000947-54.2011.8.17.1090

Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima

Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

EMENTA: CORREIÇÃO PARCIAL. PEDIDO MINISTERIAL DE DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE TESTEMUNHA. INDEFERIMENTO. PODER INVESTIGATÓRIO DO ÓRGÃO MINISTERIAL.

A Constituição Federal/88, nossa lei maior, conferiu poderes ao Ministério Público entre eles o de requisitar diligências investigatórias aos órgãos públicos que entendesse necessárias ao bom andamento processual e em favor da sociedade, ao teor do disposto nos artigos 127 e 129, incisos VI e VIII combinado com o artigo 32, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei nº 7.669/81, artigo 26, inciso I, da Lei 8.625/93 e artigos 13, inciso II, parte final, e 47, ambos do Código de Processo Penal.

Dessa forma, tem-se que ao Ministério Público foi dada prerrogativa constitucional e infraconstitucional de requisitar tais diligências, dispondo, ainda, de estrutura necessária para tal, cabendo ao mesmo fazê-lo.

Verifica-se que a decisão atacada indeferiu o pleito do MP, visando a expedição de ofício com a finalidade de obter o endereço de testemunha, entendendo que a providência poderia ser intentada diretamente pelo requerente.

Consequentemente, não se cogita de inversão tumultuária dos atos do processo; ao contrário, vislumbra-se zelo do magistrado ao fazer valer a garantia constitucional antes mencionada. Precedente. CORREIÇÃO PARCIAL INDEFERIDA.

0327653-1 (3.c)



92

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

A C Ó R D ã O

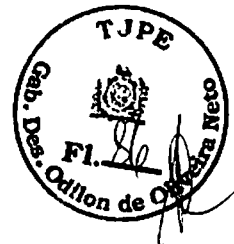
Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Correição Parcial n.º 0001831-50.2014.8.17.0000 (0327653-1)**, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, **por unanimidade, em indeferir a Correição Parcial**, nos termos do relatório, votos e demais peças que integram o julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Odilon de Oliveira Neto
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512



1ª CÂMARA CRIMINAL

Correição Parcial n.º 0001831-50.2014.8.17.0000 (0327653-1)

Corrigente: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Corrigenda: MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista - PE

Processo Originário n.º 0000947-54.2011.8.17.1090

Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima

Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

RELATÓRIO

Cuida-se de correição parcial interposta pelo Ministério Público, visando cassar a decisão do MM. Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista - PE, que indeferiu pedido de diligência proposto pelo agente ministerial.

Sustenta que (fls. 02/08) a realização da diligência é indispensável para a apuração do fato delituoso. Alega ainda o pedido de diligência deve ser apreciado pelo juiz que preside a causa, o qual só poderá negá-lo nas hipóteses em que não interessem à causa. **Requer provimento, postulando a reforma da decisão.**

As informações foram prestadas (fls. 50/52).

Nesta instância, o parecer da Dra. Procuradora de Justiça é no sentido **de ser julgada procedente a presente correição parcial.**

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 29 de maio de 2014.

Odilon de Oliveira Neto
Desembargador Relator



93

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Correição Parcial n.º 0001831-50.2014.8.17.0000 (0327653-1)

Corrigente: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Corrigenda: MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista - PE

Processo Originário n.º 0000947-54.2011.8.17.1090

Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima

Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

VOTO

O Ministério Público requisitou ao juízo a expedição de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral para que fosse fornecido o endereço de suas testemunhas, o que foi indeferido pelo douto magistrado.

Não se observa nenhum ato do Doutor Juiz de Direito que pudesse ser rotulado de tumultuário do processo.

Data vênua de quem pensa em sentido contrário, os atos de persecução penal desencadeados antes e durante a ação penal são de responsabilidade do órgão acusador. **A Constituição Federal de 1988 conferiu poderes ao Ministério Público entre eles o de requisitar aos órgãos públicos as diligências que entender necessários para o desempenho de seu mister, entre eles, o de localizar as testemunhas acusatórias.**

A matéria não apresenta entendimento uniforme, mas a divergência reside na visão que se tem do sistema processual penal adotado pela Carta Magna. Não há nenhuma dúvida que o modelo de processo é o acusatório, atribuindo o ônus da coleta da prova a um órgão distinto do Judiciário, **a fim de manter o juiz o mais distante possível da produção da prova.**

Os reflexos da mudança de um sistema processual levam décadas para se consolidar. Nesse contexto, incumbe ao Ministério Público assumir a plenitude das consequências desse novo modelo. Assim, só caberia requerer ao Juiz as diligências que dependem de quebra de



94

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

garantias (sigilo bancário, telefônico, fiscal, etc). **Os demais atos de investigação estão compreendidos no poder requisitório do Ministério Público, como titular da ação penal.**

No caso em tela, o digno e operoso Promotor de Justiça está a requerer do Juiz a realização de diligência, consistente em atividade meramente burocrática dentro de um processo judicial.

A jurisprudência pátria não é pacífica sobre o tema, mas comungo do entendimento Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, conforme ementa do seguinte julgado:

CORREIÇÃO PARCIAL. NEGATIVA JUDICIAL DE DILIGENCIAR PARA A ACUSAÇÃO. DECISÃO CORRETA. Tendo em vista a natureza jurídica da Correição Parcial - cabível nas hipóteses de erro ou abuso do juiz que importa em tumulto ao andamento normal dos processos - **ela não procede, quando o pedido vem calcado na negativa judicial de se realizar diligências para o Ministério Público.** Além do indeferimento não ser considerado um erro ou abuso, os **Promotores de Justiça, por lei, têm o poder de requisição** (arts. 129 da CF, 47 do CPP e 26 da LONMP). E, no caso presente, o interessado não demonstrou a impossibilidade de fazê-la (requisição), além do que ainda encontra-se a situação na fase do inquérito policial. DECISÃO: Correição julgada improcedente. Unânime. (CORREIÇÃO PARCIAL Nº 70007294754, OITAVA CÂMARA CRIMINAL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: SYLVIO BAPTISTA NETO, JULGADO EM 03/03/2004) (grifei)

No mesmo sentido:

DILIGÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERVENÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE. Atentos os operadores do direito ao sistema acusatório consagrado na Carta, construído em cima de nova principiologia processual, e também, na ampliação do prestígio ministerial, **salvo as**



95

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

diligências que dependam, efetivamente, da autorização judicial (v.g. quebra de sigilo bancário, etc), a intervenção do Poder Judiciário implicaria em rompimento com o sistema e usurparia ao parquet a legitimidade para a construção probatória. O poder requisitório do Ministério Público vem ao encontro dos interesses da própria instituição, erigida a órgão essencial à justiça pelo pensamento constituinte de 1988. Correição parcial improcedente. (CORREIÇÃO PARCIAL Nº 70007693401, QUINTA CÂMARA CRIMINAL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: ARAMIS NASSIF, JULGADO EM 10/12/2003). (grifei)

Dessa forma, ao contrário do que entendeu o agente ministerial, o diligente magistrado reforçou a garantia prevista em nossa lei maior, que conferiu poderes ao Ministério Público entre eles o de requisitar diligências investigatórias aos órgãos públicos que entendesse necessárias ao bom andamento processual e em favor da sociedade, ao teor do disposto nos artigos 127 e 129, incisos VI e VIII, CF/88, combinado com o artigo 32, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei nº 7.669/81, artigo 26, inciso I, da Lei 8.625/93 e artigos 13, inciso II, parte final, e 47, ambos do Código de Processo Penal.

Desta forma, **tem-se que ao Ministério Público foi dada prerrogativa constitucional e infraconstitucional de requisitar tais diligências**, repita-se, dispondo, ainda, de estrutura necessária para tal, cabendo ao mesmo fazê-lo.

Assim, não há como acolher a irresignação vertente, entendendo que os fundamentos que sustentam a decisão *a quo* devem prevalecer, não podendo, pois, ser ratificado o parecer da ilustre Procuradora de Justiça.

Na espécie, o pedido é de que seja oficiado Tribunal Regional Eleitoral a fim de que forneçam os endereços de algumas testemunhas, **sendo que tal medida é perfeitamente possível de ser realizada diretamente pelo próprio agente ministerial** sem a intervenção judicial.



96

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Neste sentido, extraio os seguintes arestos:

"CORREIÇÃO PARCIAL. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS. ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE, NO CASO CONCRETO, SER A DILIGÊNCIA SOLICITADA DIRETAMENTE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. Verificada a possibilidade de, no caso concreto, a diligência investigatória ser solicitada diretamente pelo Ministério Público (prerrogativa conferida pela Constituição Federal), não se vislumbra inversão tumultuária de atos e fórmulas legais na decisão da magistrada de primeiro grau, que negou a requisição judicial daquele pedido. Correição parcial indeferida. (Correição Parcial Nº 70009129909, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira, Julgado em 06/10/2004)". (grifei)

"Processo REsp 674336 / RS ; RECURSO ESPECIAL 2004/0119129-0

Relator(a) Ministro GILSON DIPP (1111)

Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA

Data do Julgamento 16/12/2004

Data da Publicação/Fonte DJ 28.02.2005 p. 365

Ementa

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. INQUÉRITO POLICIAL. REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERVENÇÃO JUDICIAL. DEMONSTRAÇÃO DE SUA NECESSIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I - O poder de requisição direta de diligências conferido ao Ministério Público não exclui a intervenção do juiz para a determinação de providências eventualmente pleiteadas pelo *Parquet*, desde que demonstrada a real necessidade de sua intermediação.

II - Hipótese em que o órgão do *Parquet* solicitou que fosse oficiado o delegado de polícia para realizar a tomada de depoimentos de testemunhas, mas não logrou demonstrar



97

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

qualquer dificuldade ou obstáculo para, ele próprio, promover a diligência.

III - Recurso desprovido, nos termos do voto do Relator". (grifei)

Diante do exposto, voto **no sentido de indeferir a presente Correição Parcial.**

É o voto.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Odilon de Oliveira Neto
Desembargador Relator